



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 34

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 23-05-2011

Aos vinte três dias do mês de Maio de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Marco António Costa Gonçalves, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Viera Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, Ivar Jorge Alves Corceiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[01](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificaram-se ausências dos seguintes deputados:
Armando Manuel Dinis Vieira e Antero Marques dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 23:00 horas), João Francisco Carvalho de Sousa (saiu às 23:00 horas) e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela de Almeida Saraiva, Nelson Ricardo Esteves Peralta e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia David Paiva Martins e Maria Romana Alves Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Paula Sofia Gonçalves Ramos e Octávio Manuel Rodrigues Santos.[03](#)

Os sucedâneos na lista de candidaturas, Susana Cristina Chaves Batista Esteves António Manuel Santos Salavessa pediram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 4. – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO:

4.2 – EMPREENDIMENTO MULTIUSOS NA ZONA DO “COMPLEXO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE AVEIRO”

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/03/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio, que nesta reunião tiveram alguns problemas)

O Presidente da Câmara delegou o Vice-Presidente Carlos Santos, para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente: [005](#)

“Sr. Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores deputados, Comunicação Social.

Cumpre-me a mim apresentar este ponto, o que faço com todo o gosto. Passarei por tratar a localização deste projecto. A parcela objecto da presente proposta localiza-se na Freguesia de Esgueira, no lugar de Taboeira, na área adjacente ao Estádio Municipal de Aveiro. Possui a área de vinte e três mil e duzentos metros quadrados, da qual se pretende ocupar sete mil oitocentos e cinquenta metros quadrados, destinados à implantação de um empreendimento multifuncional que integrará serviços, comércio, acolhimento empresarial, entre outros que podem ser complementares.

Falar um pouco do enquadramento legal.

O instrumento de planeamento em vigor para o local é o Plano Director Municipal. De acordo com este plano o terreno insere-se em “zona de salvaguarda estrita” na Reserva Agrícola Nacional.

A Câmara Municipal deliberou, em vinte e oito de Agosto de dois mil e seis, a elaboração do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro.

Antecedentes.

Para esta área foi decidido e deliberado pela Câmara Municipal a elaboração de um Plano de Pormenor, em mil novecentos e noventa e seis. O objectivo deste plano era a construção do Estádio Municipal e de um vasto leque de equipamentos desportivos, além de outros usos complementares, designadamente, um centro educativo, empreendimentos de serviços e comércios, habitação e áreas de acolhimento empresarial.

No âmbito deste plano, várias entidades com servidões e restrições nesta área se pronunciaram favoravelmente sobre as propostas de uso e ocupação, entre as quais a entidade Regional da RAN, anteriormente designada Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral.

Contudo, esta zona é atravessada pelo gasoduto da Transgás e esta condicionante obrigou a alterações ao plano, que, neste momento, a Câmara está a coordenar.

Caracterização

A parcela que se pretende ocupar situa-se na área adjacente ao Estádio Municipal de Aveiro, é servida por todas as infra-estruturas de apoio à construção urbana, não tem uso agrícola, nem condições edificáveis para aquela prática.

A proposta que trazemos refere-se à construção de um edifício com usos complementares, numa perspectiva de multifuncionalidade e vivência equilibrada do espaço. Uma vez que a

ocupação pretendida é uma utilização não agrícola do solo integrado em RAN, a emissão do parecer favorável da entidade regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro fica condicionada à Declaração de Interesse Público do empreendimento em causa.

Face à legislação em vigor (alínea b) do nº3 do artigo 53º da Lei 5-A/2002 de onze de Janeiro) é da competência da Assembleia Municipal deliberar sobre o Interesse Público do empreendimento mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. Por agora ficava por aqui. Muito obrigado. Estou ao vosso dispor.”

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. deputados municipais. Da parte do Partido Comunista Português vale a pena, quando falamos da área do estádio, fazer uma breve resenha histórica sobre aquilo que foi, os objectivos a que se propuseram todos os partidos políticos, porque foi à época uma decisão consensual. Como o Sr. Vereador Carlos Santos colocou na sua intervenção inicial, há objectivos importantes, centrais que condicionaram opções de voto à época, não concretizados para aquela área da cidade de Aveiro. Objectivos falhados no tal Plano de Pormenor de mil novecentos e noventa e seis.

Cremos que existe um assacar de culpas e de responsabilidades a diversas entidades públicas que, ao longo do tempo, desde a data de então até hoje, foram sucessivamente não cumprindo com as premissas que condicionaram as opções dos partidos políticos à época.

No entanto, há um caminho que foi travado, há uma obra que já foi construída, há uma área delimitada com um conjunto de idiossincrasias de diversos níveis. Cumpre-nos hoje votar o reconhecimento do especial interesse público do empreendimento multiusos já contemplado no plano de urbanização do Parque Desportivo e no PDM.

Ainda na explanação do Vereador Carlos Santos, refere-se os usos complementares, a multifuncionalidade, a diversidade e a sustentabilidade da estrutura em causa. Propõe-se a construção de uma área de serviços e comércio, outra de acolhimento empresarial, uma área desportiva com multifuncionalidades e equilíbrio.

Ora, em nossa opinião e olhando para a zona do território aveirense que ali está, de facto, os objectivos não concretizado de noventa e seis, e outros que se forma colocando em etapas intermédias, esses objectivos não concretizados deixaram ali uma zona da cidade numa situação complexa, de quase abandono diário, semanal, enfim, de uma utilização quase quinzenal, a uma escala grande, que é a escala quando joga a equipa do Sport Clube Beira Mar de futebol. E há semana, aquela área tem um uso muito reduzido, muito limitado, algumas actividades amadoras, alguma empresa que por ali passa, mas a globalidade daquela região está entregue ao abandono.

E em nossa opinião, Partido Comunista Português, existe, de facto, ali um problema. Um problema, diga-se “en passant”, caro. Portanto, há que fazer algo para minorar um problema que a cidade tem ali.

Em nossa opinião, a construção de uma área, que não é substancialmente grande em relação ao que ali está, em relação à globalidade da área em causa, a construção de uma área que pode ser útil para serviços, para comércio, tendo em conta uma perspectiva futura de utilização daquela área, queremos, e todos desejamos que seja, que tenha uma outra perspectiva, outra dinâmica, outra vida. Para isso, carecerá das tais áreas de comércio e serviços. Isso, em nossa opinião, é um sinal positivo. E também mais positivo será, se, de facto, concretiza ali uma área de desporto, o tal complexo multidesportivo. A ver vamos o que aí virá, mas certamente uma coisa ligada à outra serão contributos para, rapidamente, se poder começar a dar uma vida nova, e uma nova dinâmica àquela área da cidade.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁸

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁰⁹

Vogal Paulo Marques (CDS) ⁰¹⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

“Muito obrigado Sr. Presidente. Boa noite a todos. Eu acho que, e começava por aí, de facto, esta questão da data tem muita relevância. E esta questão que o nosso colega Paulo Marques colocou eu também a iria colocar, não responderei é da mesma forma.

Nós estamos a falar de um projecto que foi pensado há quinze anos atrás. Depois novamente discutido há dez anos atrás e de alguma forma concretizado, pelo menos foi esboçada a ideia que aqui está mais ou menos presente, com algumas pequenas alterações. E a questão é mesmo essa: é perceber se nada mudou desde essa altura até agora. Porque, na altura, se considerava, há dez ou quinze anos atrás, que isto era, ou poderia ser, um projecto de interesse público, e quando nós estamos a falar de projectos de interesse público não é que este não o possa vir a ter, mas o que estamos a dizer é: estar hoje a discutir isto é porque a Câmara Municipal considera que isto, de facto, é uma prioridade dentro das suas políticas. E há uma questão fundamental que é perceber se estamos a falar de investimento público ou não estamos a falar de investimento público – essa é uma dúvida que o Sr. Eng. Carlos Santos não esclareceu na sua intervenção inicial, o que era importante esclarecer – porque se estamos a falar de investimento público então a situação ainda é mais grave. Ou seja, diria que é mais discutível porque, aí, estamos, de facto, a discutir a canalização dos recursos da Câmara Municipal para determinado tipo de investimento quando nos parece, e temos vindo a discutir essa temática ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos seis anos, que há, em nosso entender, um conjunto de outras prioridades que se colocarão à frente deste projecto.

E, portanto, a primeira questão que eu coloco é saber o que é que não mudou nos últimos quinze anos. Porque é que as razões que estavam subjacentes à análise e discussão de há quinze anos atrás se mantêm intactas, sabendo que, principalmente nos últimos três, quatro anos, a situação económica se alterou profundamente e a própria vivência da cidade, os próprios projectos que eram para acontecer e acabaram por não acontecer. Quando falamos de criar uma nova centralidade, e essa é uma parte importante, é necessário perceber se nós temos as outras zonas bem tratadas, onde nós concentramos comércio, serviços, eventualmente, indústria, mas neste caso mais comércio e serviços. Nós tivemos há um ano atrás uma experiência desta Câmara Municipal no sentido de dinamizar o Estádio Municipal, consensualmente assumido por todos que, de facto, tem um défice de actividade porque foi construído da forma como foi construído, não tendo, à partida, grandes valências, sendo importante contornar essa situação.

O que estamos aqui a dizer é que vamos criar mais uma infra-estrutura em baixo e não se sabe se ela vai ajudar a dinamizar o Estádio ou se vai ainda dispersar mais. E não deixa também de ser, sem querer estar a criar aqui, como diz o Vereador Pedro Ferreira, “sound bites”, não é esse o interesse, mas não deixa de ser coincidência, e nós anotamos a coincidência, de haver um determinado tipo de urgência neste projecto e, ao mesmo tempo, nós estamos a assistir a um conjunto de alterações relativamente ao Beira Mar, à realidade do Beira Mar e aos interesses particulares ou aos interesses de alguém que vai investir no Beira Mar, vai investir naquela zona.

Era, portanto, importante perceber se nós estamos a falar sobre investimento público e, se estamos, quais são as contas que a Câmara tem para nos apresentar, quanto é que isto vai custar, e, naturalmente, qual é o retorno. O retorno pode não ser financeiro mas terá algum retorno que possa ser mensurável, nesta fase. Portanto, qual é o retorno?

O retorno pode ser, por exemplo, se isto for um instrumento de captação de investimento público para Aveiro. Se é, o que é que nós já temos antecipado em termos de trabalho feito e

que nos justifique estarmos a fazer um investimento deste género? Se pelo contrário estamos a falar de investimento privado, então, quem é, quem são ou quem, potencialmente, pode estar interessado?

Que estudo de mercado fez esta Câmara Municipal para hoje querer a declaração de interesse público nesta Assembleia Municipal, para amanhã poder ir ao encontro de um conjunto de promotores? Que ofertas é que têm acontecido até agora? Quem falou convosco? É importante que esta Assembleia Municipal possa saber porque, como no projecto que nós discutimos na última Assembleia Municipal, não é bom para ninguém, e o Partido Socialista já o disse que não faz, passar “cheques em branco” a ninguém. E declarar o interesse público de algo que não se sabe, exactamente, o que é que vai ser, nem se sabe quais são as prioridades, é, obviamente, algo que o Partido Socialista não quer ser conivente.

Nesta fase, deixava estas questões à Câmara para que pudéssemos ser esclarecidos. Muito obrigado.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Sr. Presidente. Com os cumprimentos e boas noites a todos, eu gostaria de dizer o seguinte. Aparentemente nada haveria a objectar à desanexação como esta, a desanexação de um terreno de uma reserva agrícola. Mas a experiência ensinou-me, no entanto, que, com este Executivo, é de estar sempre um bocado de pé atrás, porque houve coisas incompetentemente feitas ou, muitas vezes, a incompetência serve para esconder alguns desígnios que, muitas vezes, não são os desígnios municipais.

Foi apresentado o processo mas foi apresentado com muito pouca informação que justifique esta solicitação de interesse público.

Eu antes de tomar uma decisão gostaria que o Executivo respondesse a duas ou três coisas, entre as quais: de quem é a propriedade que se vai desanexar? Quem vai fazer o investimento? Onde é que está o projecto ou a análise do custo/benefício que justifique o interesse público, nomeadamente o interesse público municipal, deste projecto? Qual é que é a razão da urgência? Não nos foi explicado porque é que se pede urgência numa situação deste tipo. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰¹⁵

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰¹⁶

“Sr. Presidente! Eu quero chamar a atenção ao deputado Ivar Corceiro porque me insultou e eu não lhe admito isso. Ele chamou criancinhas à bancada do PS. Disse que era um jardim Infantil.

Eu acho que já chega. Sinto-me ofendido porque eu estava aqui caladinho, estava a ouvi-lo respeitosamente, e exijo que me respeitem. E se ele não me respeita e se não se retratar sujeita-se a que eu nunca mais o respeitarei e estará sujeito aquilo que eu não queria, porque já não tenho idade para ouvir coisas destas. E não digo mais nada.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰¹⁷

“Quando eu comecei a falar, aliás é uma coisa habitual na bancada do PS (tem razão - não são todos, são quase todos) há sempre um burburinho de fundo que eu percebo porque a bancada do PS é uma bancada nervosa e inquieta, eu percebo. Aquilo que eu disse é que não eram criancinhas mas que se estavam a portar como criancinhas. E isso, de facto, estavam.”

Presidente da Mesa⁰¹⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰¹⁹

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰²¹

Presidente da Mesa⁰²²

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado caros colegas e companheiros. Penso que, mais uma vez, temos aqui um projecto bastante válido. Desde o início da aprovação do Estádio Municipal de Aveiro, mal ou bem, desde o início sempre se falou que o estádio teria de ser complementado com outro tipo de equipamentos, com outro tipo de massa comercial e outro tipo de actividades para rentabilizar toda aquela área.

Realmente essa situação não pôde já estar executada, aliás temos o exemplo do que a nível comercial já lá está feito, tem bastante movimento e tem rentabilizado aquela zona industrial no qual está inserida. De facto, junto ao estádio é necessário mais qualquer coisa. Essa mais qualquer coisa não foi feita na altura mas penso que agora é momento certo porque ainda vamos a tempo de rentabilizar todo aquele espaço. Os tais sessenta milhões de euros que lá foram gastos podem agora ser rentabilizados a curto prazo.

Temos que considerar que quando se faz um investimento no Estádio Municipal de setenta milhões de euros não é um investimento para cinco anos ou para dez anos. É um investimento para quarenta anos. Vocês têm vários exemplos de estádios em Portugal e no mundo inteiro em que a média útil de um estádio são quarenta anos, trinta e cinco a quarenta anos.

Portanto, o investimento que ali está feito há-de ser contabilizado mais tarde, a médio e longo prazo. Temos que apostar neste tipo de alterações e aprovar, nesta Assembleia, a situação de considerarmos a necessidade de se ter mais equipamento para aquele local.

Além disso, falta referir que Aveiro tem que expandir e só se pode expandir para nascente. Não se pode expandir para poente que é a Ria. Não estamos na Tailândia, não é?

Ela a expandir-se terá de ser para aquela zona, para o interior da cidade, para o lado de lá da linha de caminho-de-ferro.

Acho que é um investimento bem estruturado, é um investimento equilibrado, é um investimento que deverá cativar muito a população das nossas freguesias rurais. Estamos mais que na altura de avançar com ele. Muito obrigado.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰²⁴

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰²⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁶

(Entretanto entrou na sala o Vogal Pedro Pires da Rosa)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Muito obrigado Sr. Presidente. Aquilo que nos é pedido é que nós possamos considerar o reconhecimento de interesse público de um conjunto de terrenos que têm fins, ou que, pelo menos, estão destinados a fins agrícolas. Todos nós que conhecemos o local junto ao estádio achamos que aqueles terrenos podem ter uma outra função que não seja, propriamente, a agricultura. Por isso, parece-me que, por aqui, todos estamos de acordo que tem de haver uma desanexação daqueles terrenos da reserva agrícola.

Foi aqui colocada a questão de que se devam identificar os proprietários. Eu penso o contrário. Eu penso que nós, nesta Assembleia Municipal, não devemos saber quem são os proprietários porque isso poderia, de certa maneira, condicionar a nossa acção e, de maneira nenhuma, nós deveríamos fazer isso. Mas, até posso dizer, que estou convencido que os

proprietários destes terrenos devem ser a própria Câmara ou a EMA, a Empresa do Estádio Municipal. Isto atendendo ao esforço que foi feito aquando da construção do estádio, e até depois da própria construção do estádio, de que houvesse a posse de todos os terrenos, se não de todos, da grande maioria, para que se pudesse desenvolver um projecto. É essa a ambição de todos. Que tenhamos para aquela zona uma nova centralidade, um local que seja um local reconhecido por todos para a prática desportiva e também para actividades económicas que possam complementar a actividade desportiva.

O grande problema que se passa naquela zona é que, efectivamente, o estádio, ou a construção do estádio, contribuiu para a derrapagem das contas da Câmara Municipal, e já lá vão vários anos.

E tudo porque aquilo que esta Assembleia Municipal aprovou foi um estádio de trinta milhões de euros, ou seja, na altura, de seis milhões de contos, e, na realidade, aquilo que o Executivo, na altura, concretizou foi um estádio de sessenta milhões de euros. Ou seja, duplicou aquilo que eram os custos do estádio. E com isto fez com que houvesse um conjunto agravado de despesas, não pagamentos, de juros que fazem com que, hoje, a situação do município ainda seja bastante gravosa. E lembro que ainda há relativamente pouco tempo, penso que até ao ano passado, nós ainda aqui discutimos uma dívida à Rosa Construtora, precisamente de arruamentos que tinham a ver com despesas dessa altura e que não tinham sido pagas.

E, por isso, as contas do Município desde essa altura têm estado a ser agravadas.

Não nos podemos esquecer é que a construção de um estádio podia ter sido uma excelente oportunidade que nós devíamos ter valorizado, mas que, na realidade, devido à gestão que foi feita, se tornou num prejuízo para todos.

Mas nós podemos inverter esta tendência. E nós só podemos inverter esta tendência se utilizarmos o bem que nós temos nesta nossa região e nesta nossa cidade. E eu acho que o Beira Mar é, realmente, um trunfo que nós não podemos desprezar. Não só a cidade de Aveiro, o Município de Aveiro, como toda a Região de Aveiro, podia aproveitar muito mais a força e o trunfo que é o Beira Mar. Um clube de muitos anos, um clube querido por muita gente, um clube que tem passado por alguns maus bocados e que me parece que, e honra seja feita a esta direcção que, neste momento, toma conta dos destinos do Beira Mar, pode e tem condições para poder fazer com que este clube, e com isso, também, a região, possa ser valorizado.

Esta nova centralidade pode passar por nós conseguirmos valorizar o Beira Mar, mas, também, valorizar o estádio onde o Beira Mar joga. Um estádio, como aqui já foi dito, que está construído para trinta mil lugares, mas que, infelizmente, tem uma assistência média de dois mil lugares, duas mil pessoas, e que deveria ter construídos uma série de campos de treino e de apoio, e que devia ter ao lado um outro conjunto de infra-estruturas que infelizmente ainda não tem.

Por isso, eu continuo a achar que é um sonho, mas que deveria fazer parte da nossa realidade a curto prazo, a construção de um parque desportivo de Aveiro que tivesse o Estádio Municipal de Aveiro, que tivesse um conjunto de infra-estruturas que pudessem ancorar todos estes equipamentos desportivos do nosso Município.

Falou-se aqui em investimento público. Terá que ser investimento público? Poderá ser investimento privado? Tanto me faz. Aquilo que me parece é que, neste momento, Aveiro precisa é de investidores. O Estádio Municipal precisa de investidores. Por isso, tenho a certeza que se aparecerem investidores, e se aquela zona do estádio puder ser rentabilizada, pois com certeza que também o investimento público, se não for agora, também será mais tarde que poderá ser canalizado para aquela zona.

Lembro a este propósito a necessidade que há de se construir a planeada alameda que pudesse ligar a zona de Azurva, junto à linha do Vouga, até ao Estádio Municipal.

Já aqui foi falada também a questão dos acessos ao Estádio Municipal.

É fundamental que nós pudéssemos ter um acesso ferroviário ao Estádio Municipal. E isso far-se-ia, como estava planeado desde o início, através de um apeadeiro na zona de Azurva, junto

ao Estádio, num ponto que seria mais perto do Estádio, mais ou menos a um quilómetro de distância, uma alameda estará prevista para se poder chegar ao Estádio. Isso seria, de certeza, investimento público. Com toda a certeza que se houvesse outro investimento, esse investimento, naquelas zonas que nós agora estamos a querer desanexar da RAN e que poderão ser utilizadas para mais tarde nós podermos ter uma zona de usufruto para todos os aveirenses e não, neste momento, uma zona de pinhal que não serve a maior parte da nossa população.

Por isso, parece-me que esta nossa decisão, hoje, poderá ser um primeiro passo para depois de algum tempo nós podermos voltar a acreditar que o nosso Estádio Municipal de Aveiro possa ser uma mais-valia e não um prejuízo, como tem sido até agora. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²⁹

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Minhas Senhoras e meus Senhores, muito obrigado. Vou procurar dar alguns esclarecimentos, não todos, naturalmente, mas alguns aspectos realmente interessantes.

De quem é a propriedade? De quem são os terrenos? Os terrenos são da Câmara Municipal e são da EMA. São das duas entidades. Parte dos terrenos são da Câmara e parte são da EMA. Quem vai fazer o investimento? Naturalmente que a Câmara não tem dinheiro para fazer este investimento. Alguém vai fazer ali o investimento. Nós, nesta altura, não sabemos quem vai ali fazer o investimento.

Qual é a urgência? Nós sabemos que a declaração de interesse público só é válida por um ano. E esta área já teve reconhecimento de interesse público. É por isso que aqui vem novamente. Agora, dizerem as outras coisas que disseram, nós não vamos entrar nisso.

Estamos a falar de uma área de vinte e três mil metros quadrados e estamos a falar numa área de implantação de sete mil e oitocentos e cinquenta metros quadrados.

Nós temos previsto para aquele local um empreendimento multiusos que terá uma polivalência que permite acolher empresas destinadas, nomeadamente, a investigação, áreas de serviço e comércio, desporto e lazer.

Foi aqui dito ainda «o que é que mudou em relação ao projecto inicial?». Depende. Nós podemos dizer depois o que mudou em relação ao projecto inicial. Está a ser respeitado o projecto inicial, está a ser ocupada uma menor área de utilização do que no projecto inicial, mas depois poderemos entrar em mais pormenores, em mais detalhes.

Há uma realidade clara que a todos preocupam que é o problema da Trangás e o gasoduto que atravessa os terrenos. E como é sabido, a anterior Câmara tentou mudar essa estação. Mas, de facto, não se conseguiu. Era um investimento impressionante de cerca de quatro milhões de euros. De facto, temos de conviver com essa realidade e oportunamente virá aqui um projecto para o Parque Desportivo de Aveiro, para toda essa área. Oportunamente virá aqui. Nós estamos a falar de uma pequena mancha que já não tem usos agrícolas, que até já tinha sido desafectada e que, neste momento, dispõe de todas as infra-estruturas e todas as condições para lá se poder construir o multiusos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰³²

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“O Sr. Vereador disse-nos que nos ia esclarecer, dar alguns esclarecimentos a uns e a outros não. Mas julgo que a questão central não foi respondida. Já percebemos, portanto, que os terrenos são da Câmara e que o investimento será privado. Mas se o investimento é privado

porque é que é a Câmara a solicitar a declaração de interesse público? Porque é que a Câmara pede urgência se ainda não sabe se isto andar­á para a frente ou não?

E o Sr. Vereador explica-nos que o pedido de urgência é porque isto tem um ano. Isto foi dado agora em Março. Portanto tínhamos até Março do ano seguinte, estávamos perfeitamente dentro do prazo de validade. Logo, não se compreende a urgência do timing. Mas também não foi explicitado o que é que se trata. Trata-se de um centro comercial? Trata-se afinal de que estrutura?! E sendo os terrenos da Câmara Municipal como é que vão transitar estes terrenos da Câmara Municipal para esse investidor privado.

Porque nós já vimos episódios inusitados como os terrenos das antigas piscinas do Beira Mar que foram transitadas a altas horas da madrugada e que ainda não estão pagas, vimos que, no caso do Parque Desportivo de Aveiro, a Câmara comprou bastantes terrenos e deu-os, basicamente, em troca de aumento de capital, digamos assim, sem receber nada deu todos os terrenos que tinha naquela zona à parceria onde a Visabeira, neste momento, é maioritária. Aquilo que eu questiono é: os terrenos são da Câmara Municipal, o investimento é privado, como é que isto se vai conciliar, atendendo ao historial da Câmara Municipal? Julgo que deveria, hoje, esclarecer se estes terrenos são vendidos, se continuarão na posse da Câmara Municipal e julgo que as outras duas questões também deveriam ser explicadas: tratasse ou não de um centro comercial? Porque é que é dada a prioridade de construção naquele local e não à reabilitação urbana? E, finalmente, e aqui a câmara tem, obviamente, de responder - embora deva responder a todas - mas esta é bastante relevante, porque é que, tratando-se de um investimento privado, é a Câmara a definir este tipo de pedido? Gostava de ver isto esclarecido. Muito obrigado.”

Vogal Raul Martins (PS)⁰³⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Retomando algumas das questões que ouvi há pouco e começando por esta perspectiva do que é ter uma visão micro e ter uma visão macro. E nós estamos aqui a discutir uma coisa muito micro para algo, para um projecto, que já várias vezes já veio a esta câmara e que tem sido discutido ao longo do tempo, e que tarda a ter consequências mais práticas, umas por razões algumas óbvias, outras nem por isso. A questão é saber se, de facto, esta Câmara está em condições de nos dizer e de garantir que as decisões agora tomadas não comprometem aquilo que no futuro se queira vir a fazer com uma visão mais lata e mais global.

Por outro lado, lembrar que nós estamos a falar de um terreno que vai ter, também, alguma polivalência do ponto de vista desportivo e que fica a quinhentos metros de uma obra que está, aos soluços, a aparecer, e que é a zona desportiva de Taboeira, nos terrenos do novo parque desportivo de Taboeira. E temos o estádio que, também, é uma instalação desportiva.

O Sr. Vereador Carlos Santos disse assim «o investimento é privado, a Câmara não tem dinheiro e os promotores vão aparecer». E a questão que se coloca é: nada disto tem a ver com o Beira Mar? Sinceramente. Nada disto tem a ver com o Taboeira? Nós vamos criar mais três, quatro, campos desportivos, onde estamos a fazer um grande investimento, e sabe-se lá quando e que vai acabar, por exemplo, o de Taboeira, temos uma dívida para com o Beira Mar relativamente à zona dos Estádio e dos campos desportivos que estavam prometidos e que estavam no projecto, e, portanto, como é que isto se integra umas coisas nas outras?

Portanto, do que nós estamos a falar, relativamente à criação de novas zonas desportivas, é para usufruto de quem? Vai ser conciliado ou não vai ser conciliado?

É estranho o Sr. Vereador dizer que os promotores vão aparecer quando o Partido Socialista fez a pergunta: «já há contactos?» E o Sr. Vereador diz, hoje, taxativamente, «não há contactos. Eles vão aparecer». Mas a licença é só para um ano. E depois fala da urgência.

Oh Sr. Vereador acha, de facto, que isto faz sentido? Temos urgência de um ano, os promotores são privados mas não vão aparecer...

Sr. Vereador eu espero que esteja em condições de nos próximos doze meses conseguir cumprir a palavra que nos está a dar hoje, aqui. Ou então, já existem promotores e investidores e o Sr. Vereador não nos quer dizer. Não nos quer dizer. E se o Sr. Vereador não nos quer dizer mas estas coisas sabem-se todas. E o problema é que daqui a algum tempo vamos estar aqui outra vez a discutir e o Sr. Vereador vai dizer que nós não dissemos. E nós damos-lhe a oportunidade para o Sr. Vereador nos dizer quem são os promotores. Queremos discutir, queremos perceber o que é que vai acontecer.

Não sabe? Pronto. Diga mais uma vez. Não sabe. Fica em acta. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³⁶

Presidente da Mesa⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:⁰³⁹

De seguida o Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.⁰⁴¹

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 4.2 - Empreendimento multiusos na zona do “Complexo do Estádio Municipal de Aveiro”, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁴³ com vinte e seis votos a favor (PSD18+CDS7+PCP1), zero abstenções, e treze votos contra (PS11+BE2).

Seguiram-se as declarações de votos dos vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴⁴

“O Partido Comunista Português reforça a sua posição de princípio, já explanada na intervenção inicial a propósito do ponto em análise, e o que importa ao caso é revitalizar aquela zona rapidamente, minorando os problemas que ali se colocam, nomeadamente, a falta de dinâmica da mesma.”

Vogal Nelson Peralta (BE):⁰⁴⁵

“O Bloco de Esquerda vem para esta discussão com dúvidas legítimas. Saiu desta discussão com a certeza que isto é uma história mal contada. Todas as dúvidas não foram esclarecidas e surgiram, aqui, muitas mais dúvidas. É-nos dito que este empreendimento tem de ter urgente aprovação. É-nos dito que não há investidores, mas há urgência. É-nos dito que os terrenos são públicos, mas não nos é dito, apesar de questionados directamente, como é que esses terrenos públicos passam para um investidor privado. Nós consideramos que não estamos em altura de “enterrar” mais fundos na zona do Estádio Municipal de Aveiro sem haver nenhuma estratégia; que não é altura de desbaratar património público naquela zona sem nos ser dito para quê; e consideramos que a prioridade, caso se entenda ser necessário um espaço comercial e de serviços para Aveiro, deveria ser através da reabilitação urbana e não através desta história mal contada. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP):⁰⁴⁶

“O grupo parlamentar do CDS.PP aprovou esta deliberação porque considera que é uma forma de dinamizar toda a área envolvente do Parque Desportivo de Aveiro Por tal, concluímos que é bastante positiva esta decisão da Câmara Municipal e a Câmara Municipal ter apresentado esta posição a esta Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS):⁰⁴⁷

“Votámos contra esta proposta. Em primeiro lugar porque ficou patente a falta de justificação quanto à urgência desta proposta e desta decisão. Ficou patente que não há nenhuma informação sobre o conteúdo do projecto e o Partido Socialista tem dito e continuará a dizer que não assina cheques em branco a esta Câmara Municipal. E ficou patente também que não há sequer qualquer expectativa da parte da Câmara em encontrar um promotor, dito e reafirmado várias vezes pelo Sr. Vereador Carlos Santos, não há nenhum promotor para este projecto. Se e quando esta Câmara for expedita na informação, for esclarecedora relativamente às respostas que o Partido Socialista coloca e nos trazer um projecto com a qualidade que mereça uma ponderação do nosso sentido de voto, cá estaremos para ponderar o nosso sentido de voto. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):⁰⁴⁸

“A bancada do PSD votou favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Aveiro em reconhecer o interesse público do empreendimento multiusos a instalar na zona do complexo do Estádio Municipal de Aveiro, e que integrará áreas de acolhimento empresarial vocacionado para a investigação e áreas de comércio e serviços, porque entende que é necessário atrair investimentos que estimulem a rentabilização do Estádio Municipal de Aveiro e do Parque Desportivo de Aveiro como um todo. E deverá ser complementado com o clube residente, o Beira Mar, que também terá que ser forte. Muito obrigado.”

PONTO 5. – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA HOMEM CRISTO FILHO, FREGUESIA DA GLÓRIA.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/02/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio, que nesta reunião tiveram alguns problemas)

O Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁰

“Penso que estamos todos identificados e conhecedores da situação que nos coube apresentar e que cumpra à Assembleia analisar e votar.

Estamos na rua Homem Cristo Filho, no entroncamento que nos leva para a rua José Rabumba. Nesse entroncamento existe, como todos conhecem, um edificado, e há um gaveto, com cerca de vinte e dois metros quadrados, que tem múltiplas utilizações. Neste momento serve para estender roupa, serve para ter lá uma casota pequena para os jardineiros guardarem lá as suas alfaias e para muitos outros fins pouco recomendáveis. Esse gaveto não tem, por isso, na nossa perspectiva, qualquer qualidade urbanística naquele espaço.

O que é que se passou? Fomos abordados, contactados, por um dos dois proprietários que confinam em propriedade com esse gaveto afirmando a sua disponibilidade, o seu interesse, em poder requalificar o seu edificado naquela zona. Mas dada a péssima imagem que aquele

gaveto tem, dada a utilização que lhe é dada, só fará essa requalificação se for possível encontrar uma solução em que esse gaveto possa desaparecer e possa dar continuidade ao edificado, garantindo o passeio já existente. Para que esse processo se possa desencadear, há um primeiro passo que é este que estamos, aqui, a dar hoje, e que é a passagem desses vinte e dois metros quadrados do domínio público para o domínio privado do município. Estamos a falar de um espaço de cinco por quatro metros, um espaço muito pequeno, bastante reduzido Aquilo que está hoje em causa, em termos de deliberação, é a Assembleia autorizar, ou não, a passagem desses vinte e dois metros quadrados para o domínio privado do município. Não está aqui em causa venda nenhuma, alienação nenhuma, está só em causa essa passagem. Depois dessa passagem haverá um registo em nome do município e a partir daí vai-se iniciar o processo habitual nestes casos. Havendo o interesse na alienação, essa alienação irá decorrer como é normal, como é frequente e como é obrigatório em termos legais, realizar uma hasta pública e, em função dos interessados, se decidir quem ficará com esse gaveto. Dizer também que o valor que está indicado na informação é apenas um valor meramente indicativo para efeitos de registo patrimonial. E é este assunto que caberá à Assembleia analisar, discutir e decidir. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵³

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁴

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁵⁵

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁶

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁵⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁵⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁶⁰

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶¹

“Muito obrigado Sr. Presidente. Estamos perante mais um ponto em que a Câmara Municipal de Aveiro está interessada em melhorar a cidade. A nível da requalificação urbana isto é, de facto, uma ninharia, uma pequena situação. E ainda bem, porque a Câmara deve apontar as pequenas e grandes situações de requalificação urbana do nosso Concelho.

É um pequeno terreno que, por sinal, como disse o nosso colega Pedro Pires da Rosa, aparece com um valor bastante bem valorizado, embora seja um valor base. De qualquer maneira é um ponto a tomar em consideração para futuros locais.

Acho que esta medida da Câmara deve ser apoiada. E já agora também digo que a cosmética também faz parte da reabilitação urbana. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶²

“Muito obrigado Sr. Presidente. A desafecção do domínio público, por mais pequena que seja a parcela, é um assunto que tem de vir à Assembleia Municipal. Não nos levanta qualquer dúvida a finalidade desta desafecção e por isso concordamos com esta proposta. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰⁶³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 5 – Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Homem Cristo Filho, Freguesia da Glória, sendo o mesmo aprovado por unanimidade,⁰⁶⁵ com trinta e nove votos a favor (PSD18+CDS7+PS11+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Continuando o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário a alteração à Ordem do Dia.

Presidente da Mesa:⁰⁶⁶

“Srs. Deputados, como nós sabemos, na Ordem do Dia, o ponto que se segue seria o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Aveiro. Mas julgo que dada a importância do tema, o período que compete a cada deputado, como sabem é dobro do tempo, e verificando-se a hora actual, este ponto da Ordem do Dia deve ser retomado na próxima reunião desta sessão. Propomos assim que, usando algum do tempo existente nesta reunião, passemos para o ponto nove da Ordem de Trabalhos e que seria a apreciação dos Relatórios de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do edifício sede da Assembleia. Penso que terei a concordância do plenário.

Então, em resumo, na próxima reunião retomaremos o ponto seis, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Aveiro, e prosseguimos os trabalhos com o ponto nove Relatório síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do edificio sede.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, nos termos regimentais, colocou à votação do plenário a alteração à Ordem do Dia, a fim de se discutir nesta reunião o Ponto n.º 9 – Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia, sendo aprovado sem votos contra.⁰⁶⁸

PONTO 9. – RELATÓRIOS DE SÍNTESE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE GESTÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA ASSEMBLEIA.

Usou da Palavra o Presidente da Mesa da Assembleia para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Presidente da Mesa:⁰⁶⁹

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁷⁰

Presidente da Mesa⁰⁷¹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁷³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁷⁴

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁵

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁷⁶

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁷⁷

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁹

“Em primeiro lugar cumprimentar os autores do documento. É quase conceito binário elogiar os documentos desta natureza que têm vindo, anualmente, à apreciação desta Assembleia. E para além da habitual competência com que eles são elaborados, até porque são documentos

que vêm da Assembleia Municipal e não da Câmara e, portanto, normalmente, vêm bem instruídos e pormenorizadamente com toda a informação dada aos Srs. Deputados, fazer reflectir algumas questões interessantes.

De facto, por tradição nesta casa, as oposições falam sempre mais que as posições. E, de facto, este documento também espelha essa realidade mas de uma forma mais aguda. Não é que o PS na oposição fale mais, fala a mesma coisa que falava no mandato anterior. O que se nota é que o PSD fala menos e cada vez menos. O que se me afigura dizer que o PSD se transformou, aqui nesta câmara, num partido de “yes man”, amorfo, sem capacidade crítica, apenas estando aqui para dar lastro a tudo o que vem da Câmara para poder ser aprovado, sem competência para analisar documentos. De facto, os partidos, nesta câmara, também são o espelho do trabalho que desenvolvem. E desse ponto de vista, eu acho que o Partido Socialista, na análise que faz à performance dos outros partidos, não pode deixar de sublinhar a falta de eficiência e a falta de capacidade argumentativa, e até de contraditório e de exigência em relação ao Executivo que suporta, e passou a ser apenas um partido de braço no ar, aquilo que vulgarmente se chama um partido de “yes man”. É nisso que o PSD está transformado.

De resto, a Presidência da Mesa, os encómios não são de mais. A anterior Presidência da Mesa não deixa saudades nenhuma. A actual Mesa que é uma Mesa do CDS, pela presidência do Dr. Miguel Capão Filipe, tem gerido, com as dificuldades normais do cargo e do encargo, bem os trabalhos da Assembleia, penso que a contento de todos, fazendo cumprir, e isso é que é importante, o regimento pelo qual nós todos nos devemos nortear.

Deixar os parabéns à Mesa e também à face visível que nos acompanham nestas longas noites de debate, ao Dr. Cartaxo e ao Dr. Miguel Araújo porque a eles é, também, devido o bom registo e boa performance que os trabalhos normalmente têm. Disse.”

Presidente da Mesa⁰⁸⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁸¹

Presidente da Mesa⁰⁸²

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁸³

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁴

“Relativamente a este ponto eu tenho muito que dizer. Eu não estou muito de acordo com algumas das intervenções que foram proferidas pela bancada do Partido Socialista.

Antes de mais, acho que há alguma falta de delicadeza nas referências à Dra. Regina Bastos. Eu não estive cá no anterior mandato, mas, seja de que maneira for, eu considero isso uma deselegância da parte do Partido Socialista — esta é a primeira observação.

A segunda que não me entra, muito bem, cá dentro é aquele ar de arrogância e intelectual que é permanentemente manifestado por alguns Srs. Deputados, nomeadamente do Partido Socialista que devem falar mais em frente ao espelho para ver o umbigo do que, propriamente, para tentarem convencer os Srs. deputados desta Câmara da justeza das suas posições. Portanto, para quem é pragmático é das coisas que mais ressalta à vista que se traduz, por outras palavras, não numa eficiência do debate parlamentar, aqui dentro. Porque nós, às vezes, para discutir coisas de menos importância gastamos horas a fio, como se nós não tivéssemos mais nada para fazer. Mas para alguns Srs. Deputados parece que é o fim da vida. Isto parece que é, de facto, o palco excelente, não para discutir os verdadeiros problemas que nós temos em Aveiro e para discutir o nosso futuro, mas para se ouvirem. Se calhar a voz é agradável, se calhar a dialéctica é interessante, e se calhar nem todos no PSD têm essa capacidade oratória que muitos dos Srs., felizmente, aqui demonstram. E, de facto, é um êxtase ouvi-los até às três da manhã, a falarem, muitas vezes, de vacuidades, de coisa nenhuma, de interesse rigorosamente nenhum, e, às vezes, um autêntico atentado para com as pessoas que têm de trabalhar no dia seguinte e que têm de aguentar aqui, entre aspas, autênticos

supositórios. Temos aqui um Sr. Presidente que é médico, mas na verdade, às vezes, são autênticos supositórios.

E deixem-me que vos diga que, de facto, a bancada do PSD tem feito, julgo eu, tem cumprido a sua missão interventiva, por vezes crítica, de apoio ao Executivo. E ainda na última sessão demos prova disso. Eu pessoalmente dei prova disso. E fá-lo-emos sempre que for necessário.

Mas com uma outra maneira de estar, até pela própria posição maioritária de Presidentes de Juntas de Freguesia que compõem a bancada do PSD. E, naturalmente, não é aqui o fórum para se discutir os problemas das Freguesias. É nos gabinetes, é junto do Executivo, não é na Assembleia Municipal. E, portanto, os Srs. confundem muito as coisas.

Há outra coisa que também me deixa, reparem... uma minoria de votos expressos nas urnas tem a maioria do tempo que aqui é distribuído. E eu acho que isto é uma matéria a rever em sede de regimento, porque só aqui é que se vê isto.

Eu peço desculpa. Eu estive na Assembleia da República e lá não é nada disto. O tempo é distribuído em função do número de votos expressos, e o tempo das intervenções é distribuído, é dividido, entre cada bancada, de acordo com a sua parte proporcional aos votos conseguidos. É ao líder da bancada que cabe a gestão e é feita a distribuição dos tempos de intervenção. Não se vê o que o nosso regimento permite. É a democracia e eu aceito, mas não é a melhor forma de exercer a democracia. A não ser que seja para alguns dos Srs.

Uma última palavra apenas para me referir a um aspecto que, para mim, é, de facto, mais preocupante, enquanto membros eleitos e representantes da comunidade aveirense.

No meu caso, Sr. Presidente, e como eu, vejo, infelizmente, a esmagadora maioria dos membros desta Assembleia e que foram eleitos para órgãos, para organismos, para várias actividades. Eu fui leito para representar o Conselho Geral do Hospital de Aveiro, que muito se tem falado, e eu não fui convocado para uma única reunião.

E isto mostra, de certa maneira, o desprezo, por uma situação que é da maior gravidade e da maior importância para o futuro dos aveirenses. A “casa” onde o nosso Presidente trabalha.

Eu tenho o maior interesse, a maior consideração pelo Hospital, gostava de saber o que é que se projecta fazer, nestes momentos, nestes dias de grande indefinição e somos votados ao ostracismo, como se a Assembleia Municipal de Aveiro não existisse.

Portanto, eu lanço aqui um apelo para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal interpelar todos estes organismos que deviam reunir e não reúnem, em completo desinteresse pela causa municipal.

Essa é a minha intervenção, é o meu apelo, e quero que toda a Assembleia exija dos seus deputados que foram eleitos para determinado sítio o que é que lá estão a fazer. E o que é que defendem lá e trazer para aqui. Isso é que a verdadeira democracia representativa. O resto é conversa Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa⁰⁸⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁸⁶

“Para dizer, em nome da bancada do Partido Socialista, ao Senhor Dr. Olinto Ravara que as intervenções que foram feitas, por parte da bancada do Partido Socialista, foram feitas com urbanidade, ao contrário da sua intervenção. E que foi, manifestamente, injuriosa e que fez considerações de conteúdo sobre as intervenções democráticas e livres da parte da bancada do Partido Socialista. Fique a saber V. Exa. que o Partido Socialista não lhe admite, em circunstância alguma, esse tipo de considerações que acabou de fazer.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁸⁷

“Eu gostaria de saber em que é que a minha intervenção foi injuriosa. Quer dizer... quando os Srs. fazem intervenções do tipo que fizeram e está tudo bem, e quando nós reagimos e dizemos que, efectivamente, “quem não se sente não é filho de boa gente” eu reafirmo o que disse.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁸

“É para um protesto. Para protestar da forma como o Sr. Deputado Olinto Ravara fez a sua intervenção e os termos que utilizou. O Sr. deputado Olinto Ravara recusa-se a aceitar o regulamento desta Assembleia que ele votou favoravelmente. O que é, de facto, algo que não se percebe. Ou melhor, percebe-se mas custa a perceber. Esquece-se também que esse regulamento e que os tempos de intervenção têm corrido ao longo do tempo nesta Assembleia e têm sido válidos para quando o PS era poder e agora que é oposição.

Por outro lado, o Sr. Deputado Olinto Ravara, de uma forma desabrida, falou dos supositórios, que são os membros desta Assembleia que estão aqui a falar até às três da manhã. Não me sinto, pessoalmente, ofendido por isso, porque eu à meia-noite vou-me embora, porque eu sou dos que trabalha no dia seguinte. Portanto, salvo condições muito excepcionais, nunca permanecerei aqui depois da meia-noite e meia hora. Mas digo-lhe, Sr. deputado, que essa intervenção e essa comparação de supositório é muito infeliz. E infeliz para si, sabe. Porque se eu dissesse isso, eu dizia assim: «são uns comprimidos amargos». Nunca falaria de supositórios, mas cada um tomará os medicamentos pelo local que melhor lhe aprouver.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁸⁹

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁹⁰

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁹¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁹²

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁹³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁹⁴

Presidente da Mesa⁰⁹⁵

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁹⁶

“Sr. Presidente, antes de acabar os trabalhos gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa. A próxima reunião será a oito de Junho. Tempo mais que suficiente para a Câmara fazer a entrega dos documentos de prestação de contas, nomeadamente dos documentos de prestação de contas das empresas municipais. Gostaria que o Sr. Presidente ficasse com este ponto de ordem. Há mais que tempo para isso para que, nessa sessão, todos nós dispuséssemos, também para podermos discutir, aquilo que é obrigatório por lei e que ainda não nos chegou que são os relatórios de gestão e as contas das empresas municipais.”

Presidente da Mesa⁰⁹⁷

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação do ponto n.º 9 – Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia.

De seguida, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião,⁰⁹⁹ não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 08 de Junho (4.ª feira) pelas 20:00 horas. Nos termos do artigo 14.º do Regimento será enviada convocatória.

Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço www.livesteam.com/aveiromunicipal.

Eram 24:00 horas do dia 23 de Maio de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)